

Processo	00569-2003-027-03-00-9 RO		Ver	Ver	Ver
			Teor	Andamento	Sentença
Data de Publicação	26/04/2005	DJMG	Página: 18		
Órgão Julgador	Setima Turma				
Relator	Convocada Wilméia da Costa Benevides				
Revisor	Paulo Roberto de Castro				
Tema	OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA				

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. A multa fixada para o caso de descumprimento das obrigações de fazer deferidas em sentença são consideradas *astreintes*, previstas nos art. 461, parágrafo 4o., e 644, do CPC. Não visam substituir a obrigação, em si, mas a impor multa pelo seu descumprimento. **Pelo escopo a que visa, não pode ser fixada apenas formalmente, eis que deve ter valor eficiente a forçar o cumprimento da obrigação. Não se confunde, tampouco, com a cláusula penal prevista nos art. 408 e seguintes do CCB de 2002 (art. 921 e ss do CCB de 1916), que visa o ressarcimento do credor, em caso de descumprimento de obrigação.** Se a referida multa fora aplicada corretamente, guardando coerência com o bem cuja pretensão se deduz em juiz, nenhuma alteração no julgado "a quo" se impõe.

00374-2004-035-03-00-4 RO

Data de Publicação: 25-08-2005

Órgão Julgador: Sexta Turma

Tema: OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA

Relator: Convocado João Bosco de Barcelos Coura

Revisor: Fernando Antônio Viégas Peixoto

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - MEDIDA SALUTAR. A imposição de multa por descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, autorizada por vários dispositivos legais, dentre eles, o art. 11 da Lei n. 7.347/85, é medida que se mostra salutar, em razão da sua eficácia moralizadora. Influindo psicologicamente no ânimo do devedor, funciona como meio coercitivo para o adimplemento da obrigação imposta no título judicial, especialmente quando apenas o devedor a pode satisfazer, pois se não cumpre, vê consumir-se o seu patrimônio e se se conduz em conformidade com o comando judicial, por nada precisa responder.